



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE NOVEMBRO DE 1996

*Senhores Ministros de Estado que se encontram aqui; Senhores Líderes do Governo no Congresso e Líderes Partidários que aqui estão; Senhor Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos; Senhor Diretor Presidente do Sebrae Nacional, companheiro Mauro Durante; Senhor Presidente do Monanpe, Benito Paret; Senhor Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel; Senhora Eponina de Oliveira; Senhores Microempresários; Senhoras e Senhores;*

Hoje, realmente, é um dia significativo para o Brasil. Na verdade, o significado maior será quando, sob a condução da bancada no Congresso que tem ajudado essas lutas dos microempresários, nós tivermos a aprovação da medida provisória, porque, aí, sim, o Brasil vai perceber que, realmente, temos uma lei, e uma lei justa, uma lei que ajuda a quem trabalha e que, portanto, ajuda o Brasil.

Não foi fácil. Como os senhores sabem, fui Ministro da Fazenda, sei das dificuldades que existem, tanto do ponto de vista do contribuinte quanto do ponto de vista daqueles que precisam cobrar os

impostos. E não é fácil fazer o que é necessário, que é coordenar as convergências possíveis.

O Dr. Guilherme Afif me procurou, há muito tempo, com uns livrinhos pequenos, nos quais havia propostas sobre a reforma tributária. Eu os li e, efetivamente, disse ao Dr. Guilherme que eu achava que havia caminho, mas que esse caminho tinha que ser percorrido pelo Congresso. E, aí, a frente dos parlamentares, dos líderes, começou essa movimentação.

O Presidente Sarney encampou, como Presidente do Congresso, essa possibilidade. Confesso a vocês que hesitei muito sobre se era correto assinar uma medida provisória, porque eu não queria, como não quero, tirar de César o que é de César – dos Deputados, dos Dirigentes do Sebrae, do Dirigente Nacional Mauro Durante, do Afif e, sobretudo, dos senhores, que se movimentaram para obter o que desejam.

Assinei a medida provisória quando me convenci, na conversa com os senhores próprios, de que era o caminho mais rápido, não para que o Congresso deixasse de ter uma ação importante nisso, mas, pelo contrário, para humildemente – e repito, não o digo como demagogia – me somar ao esforço daqueles que já estavam trabalhando antes de mim para que fosse possível existir uma legislação adequada. Hoje, ela está aí.

Durante muitos anos, ouvi debates a respeito da questão tributária. Fui proponente e relator de uma comissão no Senado sobre a questão tributária no Brasil, sobre a evasão fiscal. Ouvi argumentos de todo tipo. Eu os conheço e sei que é difícil chegar a um entendimento razoável, mas não é impossível: tanto não é que nós chegamos. O nome é o mais adequado possível: Simples. Por quê? Porque um dos problemas que realmente martelam a cabeça dos que trabalham no Brasil é a dificuldade de encher a papelada necessária para obter qualquer coisa – é demais.

Isso é uma luta antiga. Antes de nós, outros lutaram por simplificar as coisas. Pouco a pouco, nós estamos conseguindo. Às vezes, o que é pequeno, o que não aparece é tão ou mais importante do que aquilo que repercute de imediato: diminuir a papelada, a bu-

rocracia, tornar mais viável que aquele pequeno empresário, que não tem condições de dedicar uma parte considerável do seu tempo para preencher tudo o que a burocracia requer, possa ter um meio mais fácil de fazer com que a sua própria consciência esteja tranqüila, que ele pague o imposto devido, mas pague na proporção do possível, e não na proporção daquilo que, abstratamente, se pede que pague (*palmas*).

Nós não queremos mais que existam no Brasil aqueles que pagam e os que não pagam. Nós queremos que, no Brasil, os que podem paguem mais e os que não podem paguem menos, porque é justo que paguem menos. Essa é a filosofia do Simples. Aqui, não se está fazendo isenção fiscal. Aqui se está dizendo: todos vamos cooperar na proporção das nossas posses.

Isso foi qualificado aqui como uma revolução, uma revolução democrática, que é, efetivamente, porque um país como o nosso só será próspero se milhões de empresas pequenas, médias e micro puderem, de fato, existir dando emprego e criando – como acabei de receber aqui um presente – com criatividade, buscando formas novas de produção. O Brasil só será próspero quando houver tranqüilidade para que as pessoas que estão envolvidas nesses milhões de empresas possam trabalhar: o operário e o empresário juntos, trabalhando pelo Brasil.

Essa tranqüilidade depende de muitas coisas, depende – e aqui já foi dito também – de um clima geral na economia que seja favorável. Por isso lutei tanto para combater a inflação e continuo lutando. Não vou ceder um milímetro na estabilidade da moeda (*palmas*). Nem um milímetro. Quantas vezes aqueles que vêm pedir, aqui, ao Presidente da República uma facilidade de grandes créditos para tal ou qual coisa esquecem-se de que, se eu ceder na facilidade para ir mais depressa acertando a vida... Às vezes, a gente até entende a perspectiva de um governante ou mesmo de um empresário, mas, se eu ceder, o que vai acontecer é que esses milhões vão pagar o preço com a volta da inflação. E nós não vamos deixar a inflação voltar no Brasil, porque acabar com ela foi condição para um início de prosperidade.

Li, recentemente, um trabalho do Ipea no qual se mostra que, de 1993 a 1995, 13 milhões de brasileiros deixaram ou atravessaram a linha da pobreza. Isso é o que conforta a todos nós, é saber que, junto com a estabilização, ocorre o bem-estar do povo, e é por isso que o povo apóia medidas desse tipo, porque ele sente diretamente na sua pele, no seu estômago e, até, no seu espírito que as coisas estão melhorando.

Muita gente reclama, e com razão, porque não dá para melhorar tudo de uma só vez, nem dá para melhorar para todos de uma só vez. Mas, para o mais pobre, a situação melhorou no Brasil, porque nós lutamos contra a inflação, nós enfrentamos a inflação e enfrentamos os poderosos, quebramos bancos, mas salvamos uma moeda brasileira que é o pão de cada dia do brasileiro (*palmas*). Isso é fundamental e assim vai ser, mas com esse mesmo espírito de reconstruir o Brasil para o conjunto da população.

Hoje, ao comemorarmos aqui este início de reconstrução com o Simples, quero chamar a atenção para uma medida que nós tomamos esta semana e que tem o mesmo significado. Nós enfrentamos poderosos *lobbies* e mudamos a cobrança do Imposto Territorial Rural, diminuindo o peso do imposto para o pequeno proprietário, diminuindo o peso do imposto para quem produz e aumentando-o, drasticamente, para quem tem terra improdutiva no Brasil (*palmas*). Isso é o novo Brasil, é o Brasil que presta atenção aos interesses daqueles que nunca puderam ter voz. Muitas vezes, a voz vem fanhosa, hoje; muitas vezes, a voz vem agressiva; muitas vezes, a voz vem até de acusações ao Governo. Mas eu entendo, porque foram muitas décadas de esquecimento.

Então, é natural que, num primeiro momento, as pessoas não compreendam e protestem pelos seus direitos de maneira talvez até não civilizada e não democrática, mas não cabe ao governante ter uma reação emocional, negativa, diante disso. Pelo contrário, cabe ao governante verificar se elas têm ou não têm razão e, se tiverem razão, encontrar os caminhos dentro da lei para que as coisas possam mudar. Foi isso, também, o que fizemos com o Imposto Territorial Rural.

Pela primeira vez no Brasil nós temos um sistema de apoio, também, no campo, à micro e à pequena empresa, o Pronaf, que é algo que vai fazer com que haja irrigação de recursos para aqueles que precisam. É difícil, não porque falte vontade política ao Presidente, porque já demonstrei inúmeras vezes que a tenho; mas porque faltam estruturas no nosso Governo, na nossa administração, para chegar até lá embaixo ao pequeno. Se eu decido aqui que tem que dar não sei quantos milhões, três meses depois vou ver e descubro que chegou muito pouco lá embaixo, porque não há as estruturas para chegar lá. Para isso, eu preciso de vocês, preciso do Sebrae, preciso do pequeno empresário preciso daquele que no campo é pequeno, preciso do sindicato rural, também, para que possamos, pouco a pouco, criar as estruturas que permitam que a decisão do Ministro da Fazenda realmente se materialize num trabalho administrativo e a pessoa sinta o seu benefício, que é justo, mas que chegue às suas mãos. Isso é difícil, implica que todos nós temos que nos unir nessa reconstrução do Brasil.

E é com esse sentido que recebo, hoje, esta manifestação, como uma manifestação de gente que está com vontade de ajudar a si mesma e ao País, não como uma manifestação de gente que quer agradar ao Presidente da República ou que vem aqui para agradecer. Eu é que devo agradecer a vocês por terem levantado essas bandeiras e por estarem lutando. O Brasil é que tem que estar feliz de ver que, apesar de todas as dificuldades, como disse a Dona Eponina há pouco, e quase sem esperança, tem gente que continua lutando.

E, agora, foi possível ter, pelo menos, uma esperança. Essa esperança, essa chama que vocês trazem no peito, essa capacidade de suportar a adversidade e de continuar acreditando é que faz o Brasil ser um país que poderá ser grande. Todos nós sabemos que ele tem todas as condições para ser grande para o seu povo, e não grande para os donos dele; grande para a maioria dessa população que precisa, efetivamente, de uma mudança mais profunda nos nossos costumes e na relação entre o Governo e a sociedade.

É isso que estamos, hoje, aqui, juntos, dizendo afirmativamente que vamos continuar. E eu me junto a vocês. Faço um apelo aos

governadores e aos prefeitos: vamos nos juntar ao Simples, é melhor para todos, é melhor para a prefeitura, é melhor para o estado, é melhor para o Brasil (*palmas*). Só assim, dessa maneira, tendo a coragem, até, de arriscar.

De repente, a receita não vai ser tão grande quanto nós queríamos, porque precisamos. Mas não importa. Não vai ser tão grande no primeiro momento. Com a multiplicação das atividades, ela vai crescer e, ao crescer, vai beneficiar a todos. Foi por isso que o Ministro da Fazenda e o Secretário da Receita – gente que, normalmente, não gosta de concessões –, nesse caso, tiveram a sensibilidade, e até mesmo a imaginação, de descobrir mais do que nós tínhamos sido capazes de imaginar; e de fazer com que se abrisse um caminho que assegurasse a todos nós aquilo que é fundamental na cidadania: podermos pagar os impostos devidos e, ao pagar os impostos devidos, não nos endividarmos mais ainda. Este é o nosso objetivo: que cada um pague aquilo que pode.

Eu apelo para vocês, apelo mesmo, de todo o coração, como companheiro, junto, para pedir que se estenda o Simples a todos os estados e municípios; e que, uma vez aprovado, como está aprovado, e com o Congresso Nacional dando força na aprovação desta matéria, daí por diante, cada um pague um pouquinho, mas todos nós vamos pagar, porque o Brasil precisa – e muito – de uma ação social mais energética, de abrir novos caminhos na tecnologia e na ciência, de melhorar a educação, de melhorar a saúde, enfim, de uma porção de atividades que requerem recursos do poder público. E o poder público, quando não tem os recursos tirados de uma maneira democrática e apropriada, acaba gerando, através da manivela da inflação, mais um imposto, que é o pior de todos, imposto que parece que não é, que se cobra o dia inteiro, que é a deterioração do valor da moeda.

Agora, com esse instrumento, todos podendo contribuir um pouco para que as coisas melhorem, tenho certeza de que isso assegura, até para o Plano Real, meu caro Afif Domingos, até para o Plano Real, condições de maior estabilidade, porque nós vamos ter, já, um enraizamento na sociedade, vamos ter confiança de que as finanças

públicas, pouco a pouco, vão se reconstruir, à medida que as empresas também se reconstruam.

Quero, portanto, ao finalizar, agradecer, mais uma vez, a todos vocês e, ao ver tantas mulheres, micro e pequenas empresárias, dizer que é assim que nós precisamos trabalhar mesmo: juntos, homens, mulheres, jovens, mais velhos, Governo, sociedade, não para estarmos todos de cabeça baixa dizendo “amém” ao Governo, mas para estarmos todos de cabeça erguida pelo Brasil. E, quando for necessário, fazer a crítica; quando for necessário, dar apoio; e o Governo terá sempre que estar aberto à crítica e disposto a entender que o apoio, quando é recebido, não é à pessoa do governante, mas é um estímulo para que vocês continuem progredindo mais e para que todo o Brasil se beneficie das nossas ações.

Muito obrigado, mais uma vez, a todos.